



Delegação Distrital de Coimbra

Moção da Delegação Distrital de Coimbra

O poder local, é sem dúvida o maior garante da governação de proximidade e da estabilidade democrática do nosso país, mormente aquele que é protagonizado pelas Freguesias, cuja abnegação e resiliência ficaram devidamente demonstradas no modo como as populações foram apoiadas em tempos de pandemia.

A qualidade do nosso trabalho, deve ser premiada com melhores condições de funcionamento e mais autonomia, que nos permitam elevar o patamar do serviço público que prestamos.

Nesse intuito, entende esta delegação distrital, após consulta às freguesias nossas associadas, dever transformar os anseios manifestados, num conjunto de pontos que deverão estar no centro do debate que a Anafre continuará a realizar, junto do Governo e da Assembleia da República.

Deste modo, propomos os pontos abaixo indicados, como preponderantes no auxílio à boa governação das freguesias portuguesas:

1. Apesar da tendência para que devam ser adquiridas e utilizadas viaturas menos prejudiciais para o ambiente, os custos de aquisição versus os meios que as freguesias dispõem, inviabilizam, ainda, a sua adoção generalizada pelas nossas autarquias. Desse modo, a maior parte das viaturas em uso nas freguesias utilizam o gasóleo como combustível principal, cujo custo tem subido assustadoramente. Deste modo, como forma de minimizar o impacto deste custo nos nossos parcos orçamentos, propomos que a Anafre discuta com o Governo, a possibilidade de podermos usar gasóleo agrícola nas viaturas e máquinas registadas para uso da freguesia ou a aplicação de um desconto (por cartão ou outro meio) que faça equivaler o preço a pagar ao do praticado naquele combustível agrícola.
2. Nas freguesias eminentemente rurais, muito do território encontra-se ao abandonado, ou preenchido com manchas de floresta não autóctone, propícia, na grande maioria dos casos, à propagação de incêndios de grandes dimensões. Julgamos estar ainda presente na memória de todos, os cenários dantescos dos incêndios de 2017 e as suas consequências, quer materiais, quer sociais e emocionais. O ordenamento da floresta deve ser um desígnio nacional, mormente quando os cenários climáticos futuros, evidenciam o agravamento da incidência e violência dos fogos florestais no nosso país. Também a ação dos empresários do setor do corte de madeiras, deve ser um contributo para minimizar a possibilidade de ignição e propagação dos incêndios florestais e manutenção de uma floresta sã e resiliente. Nesse sentido, face aos constantes abusos que os protagonistas deste setor promovem nas nossas freguesias, quer



Delegação Distrital de Coimbra

em termos de destruição de caminhos florestais e da pouca floresta autóctone, quer em termos dos sobrantes que deixam nos terrenos após o corte das árvores, propomos que a Anafre, intente, junto do Governo e da Assembleia da República, a modificação das leis que regem este setor, no intuito de obrigar ao registo dos madeireiros nas juntas de freguesia, quando efetua cortes florestais nos territórios de cada uma, à reposição integral do estado dos caminhos florestais e à obrigatoriedade de recolha ou tratamento dos sobrantes florestais.

3. A recente possibilidade dada às Freguesias de terem os seus presidentes a meio tempo, foi, sem dúvida, um grande passo em frente na valorização do trabalho que desempenhamos em prol da sociedade, apesar de algumas dúvidas que subsistem quanto às potenciais sobreposições salariais e que urge serem escalrecidas. No entanto, o Estatuto do Eleito Local requer mais alterações que visem reforçar o carácter e identidade do cargo público de autarca de freguesia, para mais quando as exigências legais e as responsabilidades atribuídas, são cada vez maiores. Entre outros, entendemos que um dos aspetos que, em determinada altura foi retirado aos autarcas de freguesia, deve ser revisto no sentido de voltar a permitir algum tipo de compensação, pelo tempo exercido no cargo, em termos de aposentação. Apelamos, assim, para que a Anafre diligencie junto da Assembleia da República e do Governo, para rever esta matéria, na revisão do Estatuto do Eleito Local.

Subscreve esta moção, em representação das freguesias do distrito de Coimbra, o Coordenador da Delegação Distrital.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Paulo Cardoso', is written over a horizontal line.